



sntct

5/2018
12 Nov.

CORREIOS

CTT CORREIOS

**A SEREM DELIBERADAMENTE DESTRUÍDOS,
COM O SERVIÇO PÚBLICO A SER REDUZIDO A NADA, O RICO PATRIMÓNIO
RECEBIDO DO ESTADO A SER DELAPIDADO
E O GOVERNO “A ASSOBIAR PARA O LADO”.**

O “REIZINHO” DOS CTT “VAI NÚ” E O GOVERNO FAZ QUE NÃO VÊ.

Administração da Empresa tenta iludir a verdadeira situação e vende “gato por lebre” na comunicação social, tentando justificar o injustificável. O Presidente dos CTT teve mesmo a distinta lata de afirmar que – foi isso que habilidosamente quis que ficasse na opinião pública – existe nos CTT quem só trabalhe 35 minutos por dia. Falta de decoro quando assim se pretende denegrir o trabalho e a dedicação de milhares de trabalhadores que, isso sim, muitos deles dão muitos “35 minutos” diários a mais de trabalho sem qualquer remuneração por isso.

- Nos últimos meses fecharam cerca de 40 Estações de Correio e, todas as semanas, se sabe de mais uma;
- Despediram, ainda que de forma encapotada (a dita rescisão por mútuo acordo), cerca de 400 trabalhadores;
- Os trabalhadores das Estações de Correio que restam, tenham elas Banco ou não, estão extenuados;
- Os Carteiros, afastados dos seus giros por via da junção/redução de Centros de Distribuição Postal, vêem diminuído o tempo de distribuição e, extenuados, ainda têm que ouvir as populações pelo atraso das correspondências;
- Com menos custos de exploração devido à redução da Rede Pública Postal e da qualidade do serviço (não cumprindo com isso ostensivamente a Lei), com uma quota de mercado acima dos 95%, com mais 21,1M€ de receita, a CE dos CTT anuncia uma redução dos lucros em 50%, passando os mesmos de 19,5M€ para 9.9M€.

BASTA! Senhor Ministro veja se acorda!

Ou está à espera que não sobre nada para depois o Estado ter que pagar, aos accionistas dos CTT ou a outros “rapazes amigos”, a reconstrução da Rede Pública Postal? Ou espera a derrocada total para reaver a Concessão do Serviço Postal Universal a custo zero e ajudar os CTT a, perdendo a concessão, ficarem com mais de 4.000 trabalhadores excedentes e, logo, “candidatos” ao despedimento colectivo previsto no Código do Trabalho? E o Senhor Ministro e o seu Governo ficarem de “mãos limpas” e poderem dar a Concessão a quem espera por ela desde que a privatização dos CTT entrou na ordem do dia através do Programa de Governo, de um Governo que o Senhor integrou?

Isso mesmo Senhor Ministro.

O Senhor sabe que a gente sabe que o Senhor sabe que nós sabemos que a sua inacção (inépcia? calculismo deliberado?) está a custar, a todos nós Portugueses, a destruição de um Serviço Público Postal que foi de qualidade e não o está a ser.

Um Serviço Público fundamental para a economia e coesão social e territorial do País.

Que o Senhor Ministro, com esse seu vaidoso e assoberbado “assobiar para o lado”, típico de quem quer pode e manda é, e será, tão ou mais responsável pela destruição dos quase 500 anos de história dos CTT (e do Serviço Público que lhe está concessionado) que Governo que antecedeu o seu e que, de forma criminoso e lesivo para os interesses de Portugal e dos Portugueses, privatizou os CTT Correios.

SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DOS CORREIOS E TELECOMUNICAÇÕES

Alameda D. Afonso Henriques, 41-r/c - 1000-123 LISBOA -- Tl: 21 842 89 00 -- Fax: 21 8476828 -- Email: sntct@sntct.pt

Assim não fosse e teria V.Ex.^a. e o seu Governo ouvido o SNTCT e os cidadãos e reservado, no Orçamento de Estado, uns míseros 500 milhões de Euros para renacionalizar os CTT, com o mesmo afinco com que reservou mais de 800 milhões de Euros para “salvar” os tais bancos, verdade Senhor Ministro?

Dizem os provérbios que “a presunção é a mãe de todas as asneiras” e “uma mentira estraga mil verdades”. A sabedoria popular caracteriza bem a situação actual nos CTT Correios.

O Serviço Postal Universal está pior que nunca, tal é a enorme diminuição da qualidade e universalidade do serviço, os CTT estão quase a deixar de dar lucro, o número de trabalhadores diminui às centenas, as Estações e os Postos de Correio diminuem assustadoramente, os marcos de correio são reduzidos para se poupar nas aberturas dos mesmos...!

Os Postos que estão instalados na Juntas de Freguesia fazem com que o Estado esteja a financiar uma empresa privada – CTT. A confidencialidade do serviço postal já não existe em centenas de postos agenciados. Os CTT alienaram, continuam e têm intenções de alienar a sua responsabilidade de prestação do Serviço Postal sobretudo no interior e norte do País (Beiras, Alentejo, Trás-os-Montes), contribuindo ainda mais para o aumento das assimetrias regionais.

Desde a privatização os CTT têm menos 553 trabalhadores, menos 7 Centros de Distribuição e menos 73 Estações de Correio. Se a esses números juntarmos todos os cortes na Rede Pública Postal desde 2009, durante a “preparação” para a privatização, quer durante o Governo de Sócrates (PS) quer depois, durante o Governo de Passos Coelho (PSD/CDS), que veio a concretizar a privatização – a destruição dos CTT é uma evidência que só não vê quem não quer. A milagrosa e apetitosa licença bancária que foi dada aos CTT aquando da privatização, tem sido, infelizmente, um foco de equívocos, transferência de capital dos CTT para o Banco que hoje integra toda a actividade financeira, incluindo a Payshop, no mesmo, ou seja o serviço de correios é que está a financiar o banco. O Banco CTT é o que maior número de reclamações tem originado (em 2017 foram mais de 15.000 reclamações), facto que em nada abona a gestão dos CTT.

Entretanto, a pagar aos accionistas nos últimos 4 anos dividendos no dobro dos lucros obtidos, a gestão dos CTT tem ido “às reservas” que mais não tem sido que o delapidar do património imobiliário dos CTT recebido do Estado aquando da privatização. Para se poder perceber esta questão e a descapitalização dos CTT-Correios não é, de certeza, necessário um curso superior de economia e finanças.

POR TUDO ISTO E PORQUE É URGENTE SALVAR O SERVIÇO PÚBLICO POSTAL PORTUGUÊS E SALVAGUARDAR O BEM-ESTAR SOCIAL E PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES CTT, O SNTCT NÃO DESISTE.

Junto da ANMP e da ANAFRE - Reafirmámos o pedido de reuniões à ANMP e à ANAFRE com o fim de com eles discutirmos a situação dos CTT Correios e as violentas quebras quer na sua estrutura e proximidade aos cidadãos. Isso e, a parte mais escabrosa, o financiamento do poder local à actividade de uma Empresa privada que, basicamente, vai cortando na qualidade do serviço prestado e, em muitos casos, passando para as *autarquias o ónus da prestação dos serviços das Estações de Correio.*

Junto da Assembleia da República – Entregámos em Janeiro de 2018 na Assembleia da República uma Petição, com cerca de 12.000 assinaturas, que exige da A.R. que legisle no sentido da REVERSÃO TOTAL DA PRIVATIZAÇÃO DOS CTT. Esta Petição continua assim, estranhamente por discutir, sem que haja qualquer explicação para esse facto.

Junto do Governo – Pedimos, insistimos, reinsistimos e, deixamos essa certeza, continuaremos a insistir, num pedido de reunião ao Sr. Ministro do Planeamento e Infraestruturas. Estranho silêncio o do Sr. Ministro cujo Governo tem muita urgência em salvaguardar no Orçamento de Estado para 2019 mais 800 milhões de Euros para o “salvamento” de Bancos privados e, para manter e recuperar a qualidade e defender o futuro do Serviço Postal Universal, não só nada faz como nada parece interessado em fazer.

É URGENTE A RENACIONALIZAÇÃO DOS CTT

Em 2013/2014 a Empresa foi vendida em bolsa por 909m€. Hoje, em Novembro de 2018, vale pouco mais de 503m€. A sua renacionalização é urgente e o SNTCT, garantimos, tudo continuará a fazer para que assim venha a acontecer antes que seja tarde demais.

SNTCT – A força de continuarmos juntos!